EM TORRES VEDRAS

TODOS CONTAM

Programa Eleitoral Autárquicas 2025

Em Torres Vedras

TODOS CONTAM

A democracia não se esgota nos atos eleitorais, ela tem de ser exercida com decisões partilhadas e políticas que emanem das necessidades das populações, por isso todas as medidas de transparência, de prestação de contas, de informação e simplificação dos procedimentos e de acesso público, são sinais de uma gestão democrática e previnem a opacidade e a corrupção.

Um concelho onde "Todos Contam" tem uma governação de baixo para cima, ouvindo e dando voz aos torrienses e alicerça-se na justiça social, igualdade de direitos e oportunidades e nos Direitos Humanos, sem exceções.

Reiteramos o compromisso por um futuro melhor e digno para todas e todos, que vivem, trabalham e estudam neste concelho que é a nossa casa, promovendo a qualidade de vida com reforço dos serviços públicos, olhando todo o território por igual e elegendo como prioridades o acesso à educação, saúde e habitação, com foco num ambiente saudável e com futuro.

Propomos uma governação alicerçada nos reais anseios e problemas dos torrienses, que sentem na pele lutar todos os dias por vidas dignas para si e para as suas famílias.

A política local é a primeira linha na resposta aos problemas estruturais do nosso território, dando prioridade à coesão social e territorial e defender com coragem a dignidade humana nas suas mais variadas formas.

Torres Vedras, não é só a cidade e Santa Cruz. Torres Vedras é urbano, rural e turístico. É verão e inverno, campo e cidade, litoral e interior, cidade, vilas, aldeias, casais, lugares, montes…

Recusamos a continuidade pantanosa que perdeu o rumo e aumenta desigualdades, deixando tanta gente sem acesso a direitos. O maior concelho, em termos de área, do distrito de Lisboa tem que ter uma resposta digna a todos os níveis, que o coloque como referência positiva nos patamares de equidade social e económica.

Elegemos as políticas sociais e de igualdade como prioridades de ação, porque cabe à autarquia devolver aos torrienses o que é seu por direito, quer pelo seu trabalho e empenho na produção de riqueza, quer no seu contributo através dos impostos, merecendo que os investimentos sejam efetivamente aplicados na melhoria das suas vidas.

É este o contrato que firmamos!

"Toda a população deve ter acesso à saúde, à educação com qualidade desde a creche, a transportes públicos adequados, à dignidade e justiça social, a um ambiente sustentável que proteja pessoas e animais, ao desporto, à cultura e ao lazer, tudo com segurança e solidariedade, num concelho onde os jovens possam ficar, porque todos somos torrienses, todos contamos".

1- Educação, Inclusão e Juventude

2- Direito à Habitação

3- Acesso à Saúde Pública

4- Justiça Social e Combate à Pobreza

5- Dignidade para a População Sénior

6- Ambiente e Transição Climática

7- Mobilidade e Transportes Públicos

8- Política de Resíduos

9- Concelho Amigo dos Animais

10- Cultura e Desporto

11- Segurança, Igualdade e Direitos Humanos

12-Economia e Trabalho

13- Transparência, Governação e Freguesias

1. Educação, Inclusão e Juventude

Uma escola inclusiva é uma escola de qualidade, de direitos humanos e de ciência, que acolhe todos e valoriza por igual cada um dos alunos, independente da sua condição, identidade, origem, estatuto, religião, ou outras e, para tal, deve desenvolver as respostas e apoios para que cada aluno desenvolva o seu potencial.

A oferta de creche gratuita e universal continua insuficiente e a cargo do setor privado ou social, havendo enormes listas de espera, o que levanta sérios problemas às famílias e, muito em particular, às mulheres trabalhadoras.

Na Carta Social de 2023 refere que das 237 mil crianças referenciadas com menos de 3 anos apenas 130 mil têm vaga em creche, e o Distrito de Lisboa é um dos mais afetados. Em Torres Vedras os pais sabem a dificuldade em encontrar esta resposta que não tem uma componente pública, universal.

Também no pré-escolar ainda não há resposta para a totalidade da procura, especialmente os alunos com 3 anos, para além da desarticulação entre a creche e as vagas de JI público, que descontinua um apoio que deveria ser de continuidade e gratuito.

Propomos:

Primeira Infância

- Programa de Creches Municipais públicas e gratuitas inseridas nos programas de apoios em vigor, com base num levantamento das necessidades;
- Dimensionamento da rede de Pré-Escolar para que nenhuma criança fique de fora;
- Terminar a rede escolar de primeiro ciclo, em especial a Escola Básica de Torres Vedras, cujas condições não se coadunam com as exigências deste século;

Ensino Básico e Secundário

- Planificar a construção de uma nova Escola Secundária no concelho em virtude do crescimento da população escolar e da lotação das atuais infraestruturas, bem como rentabilizar e especializar cada uma das três secundárias a existir, com cursos de formação profissional bem equipados e adequados à necessidade dos alunos e do concelho, onde falta mão de obra qualificada;

- Desenvolver uma política que acolha as necessidades dos Agrupamentos, apoiando as atividades que emanem das suas realidades e dos seus Projetos Educativos, ouvindo pais, professores e suas estruturas;
- Reforçar as equipas multidisciplinares e projetos de apoio aos alunos com dificuldades, assistentes sociais e mediadores culturais, para ajudar a promover um ambiente escolar de sucesso, mais saudável, tolerante e inclusivo;
- Assistentes Operacionais em número suficiente, com condições contratuais e de carreira dignas, formação adequada, com direitos e com substituição garantida em caso de doença;
- Garantir uma efetiva rede gratuita de transportes escolares, independente da distância percorrida e do tipo de transporte, garantindo ainda a segurança das crianças mais jovens;
- Desenvolver de forma integrada as respostas educativas especializadas em meio escolar para todas as crianças, incluindo as com dificuldades mais acentuadas;
- Promover a implementação das hortas sociais nas escolas.

Ensino Superior e Jovens

- Apoio específico ao associativismo jovem;
- Apoiar a fixação de polos de Ensino Superior e Centros de Investigação, bem como soluções para o alojamento académico (estudantes, docentes e investigadores), seja por via da disponibilização de imóveis municipais, seja através de parcerias com o Governo Central para a construção e reabilitação de edifícios;
- Desenvolver programas de apoio social e bolsas para jovens de famílias carenciadas que queiram frequentar o ensino superior e não o possam fazer por razões económicas;
- Programa específico para jovens nas políticas de habitação, no arrendamento, construção própria ou habitação a baixo custo, com incentivos à fixação;
- Apoio à inclusão, emprego e vida autónoma de jovens com deficiência:
- Estímulo ao emprego qualificado, estágios e voluntariado.
- Centros de criatividade e inovação, incubadoras, apoiando o desenvolvimento de projetos e a possibilidade de correr riscos.

2. Direito à Habitação

Nos últimos anos, as despesas com habitação têm vindo a aumentar a um ritmo muito superior ao aumento dos salários, o que resulta em endividamento, vulnerabilidade, degradação habitacional e a situações de crise nas famílias.

Estamos a empobrecer a população que gasta grande parte do salário em habitação e a expulsar os jovens das freguesias onde nasceram. O peso médio do custo em habitação das famílias duplicou em 10 anos, situando-se agora nos 40%, sendo a média salarial de trabalhadores por conta doutrem em Torres Vedras de 1030€, dados de 2019, abaixo da média da Grande Lisboa.

O preço médio no arrendamento no concelho passou de 6,4€ para 10,6€ o metro quadrado em cinco anos, ou seja, um aumento de mais de 65%.

Em Torres Vedras o preço do metro quadrado para venda quase que duplicou nos últimos 5 anos de 1250€ para 2149€, registando o maior valor de sempre. Basta ver qualquer site de venda de casas os preços de habitação que não esteja em ruínas é assustador, com apartamentos a partir de 300 mil euros e moradias a mais de meio milhão de euros.

Os jovens deixaram de poder arrendar ou comprar casa e Torres Vedras não é exceção. Somos um concelho onde se tornou muito mais difícil constituir família. Uma renda de um T1 ou T2 varia entre 600 a mil euros, com T3 acima dos mil euros, isto representa um esforço brutal na média salarial do concelho.

As condições de compra a crédito deixaram de ser uma via acessível para as novas gerações e a maioria dos trabalhadores, com os entraves financeiros da banca, os preços dos juros e spreads, os salários baixos e a precariedade.

A autarquia atualizou recentemente os valores máximos das casas com direito ao apoio à renda no concelho, mas que se mantêm abaixo dos valores de mercado. Prevê-se que em 2025 apoie apenas mais 10 famílias, de 120 para 130 famílias, quando Torres Vedras tem mais de 32 mil agregados familiares. Isto demonstra a inutilidade e o irrealismo da medida, até porque o apoio ronda em média apenas 25 a 30% do valor total da renda e a burocracia é grande.

O Poder Local tem a responsabilidade de implementar soluções de habitação que protejam as pessoas da especulação imobiliária e dos preços inacessíveis praticados no mercado de arrendamento.

A autarquia não tem oferta de habitação pública a preços acessíveis e deixou passar a oportunidade de aproveitar verbas do PRR para 200 habitações a 32 milhões de euros a preços controlados.

O concelho vê-se agora numa situação mais complicada para responder aquele que é o principal problema dos seus munícipes, com uma população que aumentou 4,5% e que já atinge os 83 mil habitantes.

A autarquia aprovou a Carta Municipal da Habitação em março de 2025, mantendo o seu hábito de fazer estudos e planos em cima das eleições, quando não olhou o problema de frente logo em 2021 quando era fundamental.

O Bloco de Esquerda considera que este concelho deve ser para todos e todas e que os programas de apoio a rendas e de de habitação pública têm de ser uma prioridade estrutural, como já em 2021 o dissemos, sem avanços nesta área. É necessário mobilizar o orçamento da autarquia e todos os financiamentos.

Propomos:

- Observatório para monitorizar a evolução da Habitação e seus problemas, com definição de zonas urbanísticas em situação de pressão habitacional; bem como do Alojamento Local e Turístico, que acompanhe e fundamente as políticas habitacionais;
- Estratégia Local de Habitação realista, abrangente e integrada, que garanta investimento no âmbito da "Habitação Pública a Custos Controlados" e IHRU a longo prazo com metas anuais e recorrendo a todos os apoios possíveis;
- Implementação de uma política de solos e de ordenamento do território que garanta a existência de solo e edificado disponível para habitação;
- Contemplar lotes municipais para autoconstrução por jovens que queiram fazer a sua casa em Torres Vedras e a cedência de terrenos, incentivando também a construção cooperativa a custos controlados.
- Quotas num mínimo de 25% de habitação acessível ou condicionada em novas construções, envolvendo a iniciativa privada;
- Simplificar o acesso e aumentar a abrangência pelo apoio à renda, com tetos realistas e apoios de acordo com os rendimentos das famílias.
- Apoio realista e eficaz ao arrendamento para jovens e famílias mais carenciadas sem exceção, promovendo oportunidades de fixação e de futuro para todas e todos;
- Incremento de habitação social, investindo na cidade e no concelho para as pessoas mais carenciadas e em situação de degradação habitacional, usando também a aquisição e recuperação de edifícios e casas fechadas;
- O município deve ter o seu património inventariado, reabilitado, disponível para as necessidades sociais e habitacionais;
- Desenvolver uma política de reconstrução de edificado privado para responder a funções habitacionais; ou de aquisição pela autarquia;
- Bolsas específicas e edificado adaptado para responder aos moradores com deficiência;
- Criação de programas de reabilitação urbana, que permitam adaptar as habitações dos munícipes seniores à fase de envelhecimento e dos munícipes com mobilidade reduzida.

3. Acesso à Saúde Pública

O SNS é uma conquista de Abril e um garante de igualdade e equidade de acesso aos serviços de saúde. Defender e melhorar o SNS é indispensável para uma população saudável.

Mais de metade da população do concelho não tem médico de família, a rede de Unidades de Saúde Local está atrasada, o que ainda dificulta mais a fixação de médicos que procuram melhores condições e equipas multidisciplinares. Somos um concelho com metade de população sem médico de família.

O "Centro Hospitalar do Oeste", como foi implementado, com o único objetivo de diminuir a despesa em saúde, demonstra-se um autêntico falhanço, tendo as unidades perdido serviços e capacidade de fixar profissionais.

Em Torres Vedras com o encerramento da maternidade e da unidade de internamento pediátrico, o hospital deixou de ser atrativo para fixar pediatras e por isso, a urgência pediátrica tem tido vários problemas de funcionamento, que culminaram com o seu encerramento definitivo no período da noite.

A saúde neonatal, maternidade, serviço de urgência obstetrícia/ginecológica e bloco de partos estão em Caldas da Rainha. A urgência tem enorme dificuldade em manter escalas, havendo meses com quase um terço dos dias fechada, gerando insegurança e longas distâncias percorridas, com aumento de nascimentos em ambulâncias e uma falta de respeito e desumanidade pelas populações de Torres Vedras e do Oeste em geral.

A solução para esta degradação será a luta intransigente pela construção do novo Hospital do Oeste, com as valências adequadas, como os cuidados intensivos e continuados, que não existem, entre outros, que melhorem a qualidade de acesso.

Esta situação põe em causa a qualidade dos serviços e condiciona a atividade clínica agravando as listas de espera. A abertura de novos serviços é imprescindível para garantir o acesso à saúde. É essencial a criação de uma unidade de paliativos, cuidados intensivos e intermédios, internamento de psiquiatria, novas urgências e mais hospitalização domiciliária, bem como a desejada diminuição do recurso a prestação de serviços e horas extraordinárias.

A sua construção tem sido adiada, com sucessivas desculpas, sendo a última do atual Governo que deitou fora o estudo pela localização central no Bombarral, anunciando novo estudo, o que ditou um adiamento sem fim à vista.

Propomos:

Saúde Familiar

- Completar a rede de Unidades de Saúde Familiar ainda atrasada, bem como encontrar uma solução para a zona de Campelos, Maxial e Monte Redondo;
- Apoiar a criação de equipas nas USL com médicos, enfermeiros, e outras áreas como fisioterapia, psicologia, dentista, nutricionista e exames diagnósticos como RX ou análises, consultas domiciliárias, entre outros.
- Implementação em pleno um Sistema de Telecuidado Público articulado com o SNS, incluindo consultas;
- Apoio aos cuidados domiciliários públicos;
- Desenvolver programas de apoio ao acesso ao SNS, na marcação de consultas digitalmente e/ou presencialmente, consulta domiciliária e de apoio na obtenção da renovação de medicação crónica e em diferentes línguas;
- Apoiar e desenvolver campanhas de literacia na saúde e no acesso;
- Apoios à fixação de médicos e outros técnicos.

Saúde Hospitalar

- Luta intransigente pela construção do novo hospital do Oeste no Bombarral, com as valências adequadas e localização central no Oeste, baseada em critérios técnicos;
- Defender a melhoria e investimento na atual estrutura hospitalar de Torres Vedras, que deve continuar a prestar serviços de atendimento de proximidade, como serviços de urgência e recobro, mesmo quando da existência de um novo hospital;
- Apoiar o Hospital de Torres Vedras na implementação e operacionalização da hospitalização domiciliária;
- Apoio logístico e infraestrutural para a criação de resposta na área da Saúde Oral e Mental por parte do SNS;
- Criar sinergias para um projeto de Cuidados Paliativos público de acesso universal no concelho;
- Apoiar custos ou o transporte de retorno, para utentes não abrangidos pelo apoio social, devido ao encerramento da urgência na sua área de residência, ou em situação de transporte especial.
- Criar rede de transportes públicos intermunicipal, que garanta a interligação dos 3 hospitais do CHO e respetiva área de influência.

4. Justiça Social e Combate à Pobreza

A autarquia tem responsabilidade no desenvolvimento de medidas e sistemas de proteção social para todos, melhorando substancialmente a vida dos mais vulneráveis, numa perspetiva de emancipação.

Devem ser promovidos os investimentos necessários para garantir o acesso a serviços básicos, à habitação digna, à segurança em situações de risco e dar prioridade aos investimentos nas diferentes dimensões da sociedade que combatam a pobreza.

Deverá ter como prioridade desenvolver e apoiar políticas sociais de prevenção e erradicação da pobreza, proteção de crianças em risco, cujo número sobe a cada ano e processos de exclusão de origem económica e social, sob todas as formas, seja de pobreza envergonhada, de solidão, de falta de qualidade de vida, famílias carenciadas, crianças e jovens desprotegidos e população com baixos rendimentos.

As pessoas com necessidades especiais e/ou deficiência estão também em maior risco de pobreza e exclusão social. É urgente adotar políticas de equidade que criem as condições para cumprimento do que está estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com vista a uma vida independente.

Há 5455 famílias em Torres Vedras a beneficiar da Tarifa Social da Eletricidade, que é atribuída por mecanismos centralizados, conforme recomendações das entidades reguladoras. Pelo contrário, em Torres Vedras em 2020 havia apenas 1133 beneficiários da Tarifa Social da Água, deixando mais de 4 mil famílias de fora porque há um processo burocrático a cumprir. A automatização da Tarifa Socia da Água e Resíduos é uma prioridade.

Propomos:

- Desenhar os serviços autárquicos para que sirvam a população em igualdade, na busca de soluções sociais, com um papel ativo de referenciação e não apenas reativo;
- Integrar processos de equidade e discriminação positiva nas ações, projetos e política municipal, no acesso a serviços e Gabinetes de Apoio, que deverão ter um papel ativo de prevenção, de apoio e informação à população;

- Olhar de forma particular as crianças, no seu direito a uma vida digna, acesso às condições básicas, ambiente seguro, educação de qualidade, saúde e lazer;
- Articular com as escolas, associações locais, IPSS e Juntas de Freguesia, como postos avançados deste combate, no levantamento de situações, contato direto com as populações e desenvolvimentos de medidas e ações concretas no terreno;
- Dotar a CPCJ de meios humanos a tempo inteiro em número suficiente para uma intervenção multidisciplinar eficaz e adequada ao número de casos;
- Criação de um Plano de Erradicação da Pobreza, integrado nas restantes políticas, priorizando o empoderamento e a autonomia, bem como tendo canais diretos de contato com a população numa política de proximidade;
- Implementar a automatização da Tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos, no concelho;

Necessidades Especiais

- Criar o “Provedor para a Inclusão” e dotação de meios para o seu bom funcionamento, que proponha soluções e respostas na acessibilidade aos edifícios, espaços urbanos, transportes, atividades sociais, serviços e tecnologias. Coordenação de políticas transversais para a juventude e cidadãos em desvantagem ou perigo de exclusão, fazendo o levantamento das carências, consultando as pessoas com deficiência, as famílias e as organizações representativas;
- Privilegiar a inclusão e a acessibilidade nos espaços para a infância e de lazer, como parques infantis, praças, zonas verdes e praias;
- Criar uma rede de acompanhantes/cuidadores para pessoas com deficiência, que assegure o acesso a cuidados e serviços essenciais;
- A legendagem de todas as reuniões públicas de órgãos autárquicos, cerimónias e outras comunicações.
- Disponibilização gratuita de tradutor de Língua Gestual Portuguesa aos utentes com incapacidade auditiva, quando estes necessitem de aceder a serviços essenciais;
- Promover a acessibilidade pela adaptação de serviços públicos, eventos, espaços culturais, desportivos e de lazer

5. Dignidade para a População Sénior

Portugal é um dos países mais envelhecidos do mundo. Em 2021, 23% da população residente no município de Torres Vedras tinha mais de 65 anos de idade, um aumento de 5% em dez anos.

Devemos implementar estratégias de combate ao isolamento dos mais idosos. Esta faixa etária é das mais empobrecidas, sendo as mulheres as mais atingidas pelas desigualdades. É importante diminuir o risco de pobreza dos seniores e reformados, com respostas sociais públicas que defendam a dignidade e qualidade de vida.

A falta de resposta do setor dos cuidados é gritante. Basta analisar a quantidade de lares ilegais onde residem os mais pobres, aos quais se fecha os olhos, pela consciência universal de que não existem alternativas. Pois há que criá-las! O que construímos para a plenitude, em autonomia, para os mais idosos, servir-nos-á um dia. Só um serviço público garante o acesso a toda a população, independentemente da sua condição económica.

Propomos:

- Gabinetes descentralizados de apoio à população sénior;
- Melhoria e maior divulgação do serviço: “Oficina Sénior”, para que todos conheçam e tenham acesso a pequenas reparações domésticas, a fim de reduzir os acidentes domésticos;
- Investimento público na implementação de soluções de habitação e de coabitação sénior;
- Desenvolver programas de apoio de cuidadores informais, seja de formação ou apoio material e financeiro;
- Apoiar a criação complementar de Rede Pública de Lares e de Cuidados Continuados, mantendo prioridade na vida ativa e independente através de redes de Cuidadores e Apoio Domiciliário;
- Garantir o acesso às universidades seniores a utentes de rendimentos baixos;
- Prioridade ao policiamento de proximidade que, em articulação com as Juntas de Freguesia, USF ou Centros de Saúde, permitam a sinalização de seniores em risco de violência, solidão ou pobreza extrema;
- Apoio às famílias com um serviço que informe e articule as respostas existentes e possa contribuir para cada família encontrar soluções.

6. Ambiente e Transição Climática

A crise climática é resultado do atual modelo socioeconómico. A resposta deve ser a justiça climática e social, com políticas baseadas nas necessidades das populações e da sociedade e não no lucro. É urgente uma transição ecológica e energética que não deixe para trás os trabalhadores, através da reconversão das indústrias poluentes, por empregos para o clima.

Um novo modelo de produção sustentável que permita integrar os trabalhadores em empregos para um futuro limpo e digno para todos.

A intensificação de fenómenos climáticos extremos, nomeadamente incêndios florestais, secas, cheias, tempestades marítimas convocam uma cada vez maior atenção à organização da Proteção Civil e ao necessário investimento nos meios de prevenção e combate.

As grandes mudanças começam nas nossas casas, nos nossos bairros, nas nossas cidades. É necessário implementar um plano municipal integrado de resposta às alterações climáticas que inclua medidas de mitigação, de adaptação e de resposta a perdas e danos.

Os cerca de 20 Km de costa do concelho de Torres Vedras e as vastas zonas florestais com implantação maioritária de eucalipto (espécie híper inflamável e que esgota de forma intensiva as características nutritivas dos solos), deve ser alvo de especial atenção e de programas próprios de mitigação dos riscos.

Propomos:

- Neutralidade climática de todos os edifícios da autarquia até 2030;
- Implementar nas escolas, centros de saúde e demais edifícios públicos a captação de energias limpas, nomeadamente através da energia solar;
- Promover iniciativas que garantam a neutralidade carbónica do setor privado até 2030; através de medidas de regulação das atividades económicas para a descarbonização;
- Compras municipais ecológicas, com ciclos curtos de produção-consumo e métodos sustentáveis de produção;
- Campanhas de requalificação do parque habitacional e implementação Implementar de isolamento térmico e de produção de energia renovável descentralizada, de sistemas de ventilação, de aproveitamento das águas pluviais, de lugares para bicicletas, entre outras.
- Criação de programas de produção descentralizada de energia;

- Elaboração de um Manual de Boas Práticas de Gestão do Sistema Arbóreo Urbanos, que previna podas abusivas e proteja as árvores;
- Plantação de novas áreas arbóreas em meio urbano com espécies autóctones e adaptadas à pluviosidade existente e remover espécies com alto consumo de água;
- Requalificação do espaço público com zonas permeáveis;
- Recuperação e conservação de sistemas dunares e arribas costeiras como forma de assegurar a preservação das barreiras naturais de proteção na costa e garantir a reposição natural dos sedimentos, para mitigar os efeitos da subida do nível do mar;
- Assegurar a implementação da Diretiva Quadro de Água (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000), nomeadamente a proteção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas, com especial atenção para a restauração e conservação dos rios Sizandro e Alcabrichel, dos seus afluentes e ecossistemas associados, monitorizando e combatendo também as descargas;
- Implementar definitivamente alternativas mecânicas ao uso de herbicidas;
- Promover a agricultura sustentável com especial atenção para a gestão da água e dos solos assim como a remuneração e tratamento justo dos trabalhadores agrícolas;
- Proteção de solos e floresta para sequestro de carbono através da criação de zonas de biodiversidade e de retenção natural da humidade como charcas e manchas florestais diversas;
- Desenvolver uma política de aquisição de terrenos para concretizar povoamentos com espécies arbóreas autóctones como forma de servir de “tampão” à proliferação de monoculturas, especialmente do eucalipto potenciando assim a proteção dos solos, o incremento da biodiversidade e diminuir o risco de propagação de incêndios;
- Gerir criteriosamente o PDM através de estudos técnicos para um melhor planeamento urbanístico e ambiental das áreas da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional. O objetivo deve ser a qualidade de vida, a coerência dos espaços habitacionais e o de equilíbrio, para melhoria do ambiente, da floresta e a transição climática, com regras claras e transparência na gestão do território priorizando a habitação social e de custos controlados, não sacrificando o território agrícola, ecológico e rústico à especulação imobiliária;
- Monitorizar o progresso na implementação de ações para a adaptação às alterações climáticas de acordo com a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC);
- Promoção e conservação de plantas silvestres nas bermas de estradas e caminhos, e da biodiversidade a elas associadas, como forma de proteger abelhas e outros insetos polinizadores;
- Defender os espaços naturais e a vida selvagem autóctone, protegendo as espécies animais e a biodiversidade numa estratégia integrada de

defesa ecológica da área territorial, protegendo os ecossistemas e o equilíbrio ecológico, das lógicas de destruição com finalidade económica;
- Transformação da Área Protegida Local das Serras do Socorro e Archeira, num verdadeira ilha santuário ambiental, patrimonial e pedagógico de biodiversidade animal e florestal com introdução de espécies vegetais alóctones mediterrânicas, muitas já desaparecidas do concelho e preservação da fauna tradicional, libertando-a dos eucaliptos e das parcerias com interesses privados das celuloses, para que seja um verdadeiro museu vivo do ambiente e natureza na região, gerido com fins ambientais, pedagógicos e de preservação da natureza.

Proteção Civil

- O debate e atualização regular dos planos de defesa da floresta e de emergência e proteção civil;
- Organizar e planificar com espécies autóctones a zona agrícola e florestal e desenvolver na plenitude, um plano de prevenção de incêndios em todo o concelho;
- Plano de limpeza dos terrenos e matas do concelho, com acompanhamento e intervenção da autarquia;
- Apoio à limpeza dos terrenos dos proprietários que não disponham de condições físicas e/ou dos recursos económicos necessários para o fazer;
- Inclusão das estruturas de albergue de animais nos planos de emergência municipal, para situações de eventual necessidade de socorro, em caso de desastre ou catástrofe;
- Acompanhamento da subida do nível dos oceanos e suas consequências na faixa litoral.

7. Mobilidade e Transportes Públicos

A rede de transportes públicos é insuficiente e não serve todas as localidades, nem em quantidade, nem em qualidade, numa opção de rede de autocarros radial com deslocações entre freguesias e a cidade.

O plano de mobilidade centra-se em multas ao estacionamento, sem espaços urbanos para o lazer e o peão, numa oferta de transportes públicos ineficazes e na pintura de traços na estrada, que passa assim a ser ciclovia.

O paradigma da mobilidade centrada no automóvel individual tem um enorme custo ambiental. As políticas de mobilidade devem apresentar ofertas que motivem a população pela positiva, fornecendo alternativas multimodais e um conjunto de soluções que se complementem, pois não há uma solução simples.

Necessitamos de um plano integrado de Mobilidade e transportes públicos que priorize os espaços pedonais para todas e todos com segurança, uma rede de transportes públicos digna e uma oferta de transporte urbano que efetivamente sirva as pessoas a custo tendencialmente gratuito.

O Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) nos transportes públicos é um programa financiado pelo Fundo Ambiental, com o objetivo de reduzir as tarifas dos transportes públicos, promovendo o seu uso e reduzindo as emissões de CO2. No entanto, a aplicação deste programa não é ainda igual em todo o

Propomos:

- Plano concelhio integrado de mobilidade sustentável, com promoção, expansão e conexão da rede de trilhos para caminhadas, rede de ciclovias, rede de pontos de carregamento para veículos elétricos, e rede de transporte público, com criação de carreiras regulares e a preços acessíveis entre as zonas rurais do interior, a cidade e as praias;
- Melhorar e criar passeios, praças e zonas pedonais, a pensar em todas as pessoas de todas as idades, criando zonas de fruição intergeracionais nas localidades, com segurança;
- Promover a segurança rodoviária em todo o território, especialmente nas freguesias, com bons passeios e acessos pedonais, que facilitem a mobilidade dos peões e o controlo da velocidade do trânsito nas estradas que atravessam povoações;

- Criar estacionamentos gratuitos estratégicos e dissuasores, na periferia e na cidade, articulados com o transporte urbano, mantendo uma vertente utilitária na utilização do automóvel, bem como de dinamização económica e social das localidades;
- Criar estacionamento na malha urbana de acordo com compromissos de acesso a serviços, comércio e outros fatores de dinamização e combate à desertificação;
- Zonas de estacionamento para residentes passarem a mistas;
- Urge implementar circulares à cidade que permitam libertar os acessos e facilitar a circulação entre zonas do concelho sem necessidade de entrar na malha urbana;
- Estender a ligação das linhas do TUT a todas as localidades e bairros urbanos na periferia da cidade, articulando com parques de estacionamento periféricos;
- Avançar com a gratuitidade progressiva dos TUT (Transportes Urbanos de Torres Vedras), desde logo para jovens e idosos, simplificando os trajetos, a complexidade do uso e aumentando os horários;
- Alargamento dos horários das ligações para as freguesias com uma rede abrangente, adequada e tarifários que caminhem no sentido da gratuitidade;
- Oferta de carreiras com pequenos autocarros elétricos com frequência de pelo menos 1h entre as zonas rurais, praias e a cidade;
- Reforçar e alargar o “transporte a pedido” em todo o concelho, como forma de satisfação de necessidades no interior;
- Incentivar o uso de transporte público, aproximando os valores do PART aos da Grande Lisboa e alargar o âmbito e os operadores abrangidos pelo passe MOeste, bem como alarar a CP a ambos;
- Melhorar a acessibilidade ao interior do concelho também pela requalificação dos acessos rodoviários anacrónicos, como por exemplo a Monte Redondo e Maxial;
- Criar condições de interface entre as estações da linha do Oeste e as outras formas de transporte, reforçando as respostas;
- Manter a exigência de alteração e melhoramento da Linha do Oeste, lutando para que esta constitua uma verdadeira alternativa ao rodoviário e que se implementem os projetos do Plano Ferroviário Nacional, nomeadamente o ramal de ligação direta a Lisboa.

8. Política de Resíduos

A recolha em todo o concelho está a travessar dificuldades, com descontentamento de muitos cidadãos pela acumulação, condições dos contentores e higiene dos mesmos.

É necessária uma intervenção social e cultural nas políticas de resíduos. Só é possível reduzir começando na produção, com medidas de responsabilização das empresas produtoras e distribuidoras, com a eliminação da sobre embalagem, promoção da reutilização e abandono da cultura do descartável.

O sector da reutilização e reciclagem é imprescindível para garantir a coesão territorial do município. É, por isso, essencial reverter as privatizações deste setor reduzindo as tarifas para o tratamento de resíduos, melhorando a recolha e aumentando os níveis de reciclagem efetiva.

Propomos:

- Melhorar e aumentar a rede de contentores, em condições de higiene, recolha atempada e modernidade, facilitando o uso por todos os cidadãos.
- Implementar a recolha a pedido, sempre que os cidadãos detetem acumulação de lixo, monos ou outros objetos;
- Promover o sector dos resíduos como serviço público, defendendo a renacionalização da Valorsul e da Empresa Geral de Fomento (EGF), pela necessidade de valorizar o ambiente e não de lucrar;
- Criar comissões de acompanhamento do circuito e das estruturas de tratamento e armazenamento de resíduos, com a participação da população, de associações ambientalistas e de universidades, trabalhando para uma gestão que priorize a separação e reciclagem efetivas e a diminuição de queima ou de aterro, que penalizam o ambiente e o bolso dos cidadãos;
- Recusa de medidas tarifárias de responsabilização individual (como o PAYT - Pay As You Throw), não estando garantidas medidas de tarifário social e de redução de resíduos e de criação de alternativas de consumo;
- Promover a separação dos resíduos, requalificando e generalizando a todo o concelho a rede de recolha com mais ecopontos e também ecocentros móveis;
- Generalizar a recolha específica de óleos alimentares, bem como dos plásticos utilizados nas estufas;
- Implementar e ampliar novos métodos de recolha, como o porta-a-porta;
- Criar zonas descentralizadas de compostagem de resíduos orgânicos;
- Promover uma cultura de desperdício zero nos serviços municipais;
- Garantir que as receitas da Taxa de Gestão de Resíduos são atribuídas maioritariamente a programas de melhoria do sector dos resíduos.

9. Concelho amigo dos animais

Desde a segunda década do séc. XX que a competência relativa ao bem-estar de animais de companhia é dos municípios, principalmente na perspetiva da garantia da saúde pública.

Com a evolução social, científica e política, as preocupações com a saúde e bem-estar animal passaram também a fazer parte dessas competências. No entanto, o município tem tardado em avançar, de forma substancial, com iniciativas que concretizem essas responsabilidades.

Também na fiscalização e licenciamento de atividades, o município pode ter muito mais iniciativa e desenvolver regulamentos que se adaptem à legislação nacional de bem-estar animal e ao estatuto jurídico dos animais que reconhece a sua sensibilidade e o direito a serem protegidos.

Propomos:

- Políticas generalizadas de esterilização e adoção responsável de animais de companhia, com bloco operatório permanente gerido pela autarquia em parceria com as associações no terreno;
- Não licenciamento de espetáculos com animais ou a atribuição de qualquer tipo de apoio - direto ou indireto a esses espetáculos, ou outras atividades que promovam o sofrimento animal;
- Criar a figura de Provedoria dos Animais, para apoio dos munícipes, dotada de meios financeiros e técnicos para a efetiva progressão das políticas de bem-estar animal em todo o concelho;
- Disponibilização de serviços veterinários básicos a preços reduzidos;
- Criação de mais parques para animais em jardins públicos;
- Gestão e controle das colónias de animais errantes;
- Promoção e apoio a santuários de animais ou albergues de emergência, onde exista especial incidência de animais abandonados e maltratados;
- Apoios a associações de proteção de animais e aos cidadãos mais desfavorecidos na manutenção e cuidados de saúde de animais de companhia, de animais guia ou de apoio e animais com elevada relevância social de pessoas idosas, sós, ou em situação de fragilidade emocional;

10. Cultura e Desporto

A lei confere às autarquias competências na gestão, conservação, construção e investimento público de centros de cultura, ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais, bem como apoiar os agentes culturais não profissionais e as atividades culturais de interesse municipal.

Uma política pública, deve servir para criar alternativas à lógica mercantil, privilegiando a diversidade e não a massificação. Não basta criar redes e construir equipamentos, se a população não está envolvida. A participação cultural ativa só se conquista dando poder às pessoas nas decisões e democratizando a cultura.

As pessoas têm de ser vistas, não como meras consumidoras, mas também como decisoras e produtoras da cultura, ampliando os processos e canais de participação A cultura deve ser descentralizada, promover a dinâmica e empoderamento das organizações culturais locais e diversas. A autarquia não pode servir como “dona” da estética e dos conceitos de qualidade, da arte e do “bom” gosto.

O desporto tem uma dimensão cultural e de desenvolvimento integral físico e mental dos cidadãos. Desde o lúdico, à atividade física para uma vida saudável, aos clubes e à competição, o Desporto encerra uma linguagem essencial ao bom crescimento e promoção de uma população de todas as idades.

Mais do que apoiar espaços e eventos para públicos assistentes, a política autárquica deve centrar-se na dimensão educativa e participativa dos torrienses como atores que desfrutam e beneficiam do desporto desde as escolas, às associações em todo o concelho.

Propomos:

- Defesa, reabilitação e usufruto do património e memória cultural, ambiental e edificado do concelho de Torres Vedras, criando informação centralizada, redes interpretativas e percursos;
- Criar centros de cultura e espaços de memória em lugares históricos de referência (fábricas, lugares históricos, património classificado, imóveis privados e públicos);
- Apoiar as associações culturais e desportivas, no desenvolvimento das suas atividades, bem como nos processos de gestão e organização interna, potencializando e favorecendo o voluntarismo das populações;
- Criar um regulamento claro para aplicação de programas de apoio plurianuais que promovam a estabilidade das associações;

- Aumentar as verbas do orçamento para a cultura, garantindo a manutenção e o bom funcionamento de todos os espaços do concelho, a par de uma estratégia de investimento em inovação, criação, novos públicos e diversidade;
- Promover a criação cultural local de artistas e associações, bem como recuperar e manter espaços, através de uma Rede Cultural Municipal, que promova sinergias, a multiculturalidade, eventos ecléticos de cultura popular até a erudita, permitindo interseção de estilos e públicos;
- Integrar os munícipes como os atores culturais e suas organizações na definição das políticas culturais e oferta no concelho;
- Potenciar sinergias, criando e mantendo atualizado um mapeamento sociocultural do município, incluindo um inventário das estruturas culturais e desportivas (amadoras e profissionais bandas, grupos de teatro, cineclubes, associações culturais) e dos espaços culturais e de memória (públicos, privados e comunitários);
- Apoiar e desenvolver uma atividade cultural integrada, generalizando a mesma a todo o concelho, não só à cidade.

Desporto

- Pensar o Desporto de forma estratégica através de um Conselho Municipal que planeie, promova e crie estratégias de articulação entre entidades e de informação aos cidadãos, ouvindo a população na definição de eventos, apoios e políticas;
- Apoiar a revitalização e manutenção dos espaços desportivos do concelho para uma descentralização da prática desportiva e recuperação de espaços desativados;
- Priorizar o apoio a programas e associações numa perspetiva formativa, de saúde, estilos de vida saudável e de formação integral de crianças, jovens e adultos;
- Articular com as estruturas culturais a utilização de espaços das escolas, fora do horário escolar e o incentivo à criação e fruição das crianças e jovens;
- Reforço da articulação com a comunidade escolar, para enriquecimento dos Projetos Educativos dos Agrupamentos, nas áreas culturais, expressivas e criativas, bem como no Desporto Escolar e atividades de ar livre e atividades emergentes e inovadoras;
- Promoção do Desporto Adaptado nas escolas, IPSS, associações e clubes, bem como programas específicos para pessoas com deficiência, seniores e outros grupos vulneráveis;
- Apoio a famílias carenciadas no acesso a eventos, atividades culturais e ao desporto, nomeadamente em associações locais ou concelhias, para que o fator económico não impeça o acesso de crianças, jovens e seniores;
- Estudar a possibilidade de umas Piscinas Municipais com finalidade de lazer, desporto e turismo.

11. Segurança, Igualdade e Direitos Humanos

A desigualdade de género está presente nas diferenças salariais entre homens e mulheres, manifestando-se em aspetos sociais, culturais, políticos e económicos. Tem uma das suas faces visíveis na violência doméstica como, de acordo com a APAV e o RASI, um dos crimes que mais mata no nosso país e que mais tem crescido, nomeadamente no Distrito de Lisboa. Os maiores entraves à autonomização das vítimas de violência doméstica, para além de casas-abrigo, prende-se com a dificuldade no emprego e na habitação.

As pessoas LGBTIQ+ também são afetadas pela desigualdade, como no reconhecimento das suas identidades ou na necessidade de apoio social em casos de exclusão familiar e laboral que frequentemente as afetam.

A pobreza, a imigração e a multiculturalidade são com frequência palco de ódio e ressentimento alimentado pelo extremismo com base em falsidades, que origina e acentua situações de exclusão e de racismo.

Um estudo do European Social Survey revelou que mais de 62% dos portugueses manifestam alguma forma de racismo. A isto, acresce a existência de manifestações de racismo e de xenofobia, estruturalmente enraizadas nas instituições e na sociedade, que levam à discriminação das pessoas afrodescendentes, ciganas e de outras comunidades racializadas.

Estas situações estão com frequência ligadas à precariedade laboral, habitacional, dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade, como transportes ou saúde, entre outros.

Nas escolas portuguesas verifica-se o maior número proporcional de casos de bulliyng contra jovens LGBT da Europa, para além das maiores taxas de retenção e, por vezes, segregação em alunos racializados, que raramente se sentem representados em profissões qualificadas e valorizadas socialmente nas manifestações culturais em geral.

A política local desempenha um importante papel na promoção da igualdade e no desenvolvimento de políticas no combate a todas as formas de descriminação, tendo o dever de promover a igualdade de género, de direitos e de oportunidades sem exceções relacionadas com origem, identidade, cultura, nível económico, religião, etnia ou nível económico.

Compete à Câmara Municipal assegurar a integração em todos os domínios de ação do município, designadamente, através de Planos Municipais para a Igualdade, Inclusão e Combate à Pobreza, participados e eficazes, como instrumentos de planeamento de políticas públicas locais que combatam assimetrias e a exclusão e fixem indicadores e metas a alcançar.

Em termos de segurança o RASI revela que em 2024 se atingiram os mais baixos níveis de criminalidade. No Distrito de Lisboa a criminalidade está no valor mais baixo desde há 10 anos, excetuando os anos da pandemia, sem esquecer que, entretanto, ocorreu um aumento de população.

Em Torres Vedras a criminalidade registou uma descida para 2.300 ocorrências em 2024 que representa uma descida de mais de 100 registos. Somos o concelho com menos percentagem de crime por habitante do Distrito. Em 2024 verificou-se o valor mais baixo desde a pandemia e está também ao nível de baixa incidência dos concelhos mais a norte do distrito e muito abaixo da Grande Lisboa. São índices ainda mais relativizados dado o volume de habitantes do concelho, na casa dos 2,5% de eventos em relação à população residente, significando que dos 17 concelhos do Distrito, somos o 10º em termos absolutos, mas o último em percentagem por habitante, a par do Cadaval.

O crime com mais ocorrências disparadas dos restantes é a violência doméstica. Se relacionarmos com a subida preocupante de referências na CPCJ de Torres Vedras, que em 2024 verificou o maior número de ocorrências de sempre (583), nomeadamente abuso, exposição a violência doméstica e maus tratos físicos e psicoafectivos, que se refletem no insucesso escolar e no aumento dos comportamentos de violência nas escolas, temos diagnosticada a prioridade do combate e das políticas de prevenção que cabe à autarquia.

Propomos:

Prevenção

- Promover a igualdade de acesso e representatividade em todos os serviços e empresas municipais;
- Assinalar os dias internacionais e nacionais que promovem a igualdade de direitos e combatem discriminações;
- Promover a participação das organizações de minorias étnicas na política local, de forma a aumentar a representatividade e participação em todos os setores da sociedade;
- Política estrutural de integração de imigrantes e de combate à discriminação, com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para respostas específicas e adaptadas nas diversas áreas como a escola, a língua, a burocracia, direitos laborais e a promoção de aquisição de habitação condigna;
- Plano de combate à discriminação, à violência e ao abuso, apoiando as escolas e organizações sociais torrienses com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para as respostas específicas na infância e juventude;
- Promover ações nas escolas sobre os temas da violência, bulliyng, comportamentos de risco e de valorização das diferentes culturas na comunidade, valorizando cada um nas suas especificidades;

- Divulgação das medidas de combate ao racismo e à xenofobia através de jornadas e formações, difundindo um conhecimento mais completo e rigoroso da história do país;
- Formação e contratação de mediadoras e mediadores escolares oriundos das classes racializadas mais representadas localmente;

Intervenção

- Gabinete Municipal de atendimento, apoio e encaminhamento das vítimas de violência doméstica, também para situações de discriminação, homofobia, xenofobia e racismo, agilizando o acolhimento e o apoio, em articulação com as organizações envolvidas na deteção, apoio e segurança das vítimas, incluindo as crianças;
- Aumentar as casas-abrigo e o poio à formação profissional, procura de emprego habitação e inclusão das vítimas de violência doméstica;
- Defender o policiamento de proximidade, o reforço da “Escola Segura” e dos meios da CPCJ, agindo de acordo com os dados do RASI e a tipificação dos crimes em crescimento na região.
- Articular com as autoridades e defender uma melhoria de efetivos e condições de trabalho da PSP e GNR no concelho, para uma melhor capacidade de presença e apoio aos cidadãos e melhorar ainda mais o combate de redução da criminalidade, de acordo com as tipologias e locais mais sensíveis;

12. Economia e Trabalho

Torres Vedras tem um tecido empresarial baseado em empresas individuais e de pequena dimensão, onde se destaca a agricultura, o turismo, o comércio retalhista, mas também a indústria e o agroalimentar com significativa dimensão, bem como a metalomecânica, embora setores que têm médias salariais baixas.

A maioria da população ativa trabalha no setor terciário de comércio e serviços, embora exista uma forte componente de sazonalidade na agricultura, turismo e algum comércio, o que motiva números crescentes de população migrante.

Apesar do Índice de Poder de Compra Concelhio estar em 30º no país, o Índice de Poder de Compra por Habitante caí para 59º atrás de muitos concelhos da região, isto revela uma economia desigual e baseada em salários baixos, sendo necessário uma política de desenvolvimento económico que promova maior justiça.

No âmbito da sua ação de cooperação e influência a autarquia deve promover a responsabilidade social e ambiental, na construção de uma economia para todos os torrienses, mobilizando sinergias entre trabalhadores, empregadores e forças locais.

Propomos:

- Insistir no recenseamento dos trabalhadores precários do Município ou em serviços prestados ao Município, do meio associativo e das entidades do respetivo setor empresarial local e regularização as situações;
- Priorizar, como critério para a contratação com terceiros, empresas com contratação coletiva, e que combatam o trabalho precário, bem como aquelas que representem inovação, emprego científico e qualificado conforme Código dos Contatos Públicos;
- Excluir entidades que recorrem a trabalho precário de apoios públicos e benefícios fiscais ou isenções de taxas do município;
- Pugnar pelos direitos dos trabalhadores da autarquia e das empresas torrienses, pelas suas condições de segurança e higiene no trabalho, igualdade e direitos sindicais, incluindo empresas municipais e atividades extracurriculares nas escolas;
- Articular com as empresas e autoridades de fiscalização para garantir direitos, verificar as condições de trabalho, acesso à saúde e habitação;

- Captar empresas através dos apoios existentes à sua fixação, privilegiando o emprego qualificado e projetos de inovação e sustentabilidade, no âmbito do combate às alterações climáticas e transição digital e energética;
- Apoiar projetos agrícolas sustentáveis e procurar alternativas a plantações intensivas com empresários, organizações ambientais e científicas;
- Desenvolver os certames existentes, melhorando a perspetiva de promoção da economia local;
- Articular com as Associações empresariais em projetos de crescimento e internacionalização de marcas, produtos e empresas locais;
- Apoiar o turismo rural, cultural e de natureza, numa perspetiva de oferta mais ampla de todas as potencialidades do concelho e não só do litoral;
- Desenvolver zonas verdes de floresta tradicional para turismo da natureza e auto caravanismo;
- Apoio a projetos hoteleiros de turismo sustentável e amigo do ambiente;
- Guia unificado para turismo e usufruto do concelho em todas as dimensões em termos culturais, enologia, património, paisagísticos, equipamentos, natureza, entre outros, disponível na internet e com QRCode em todos os locais, facilitado a consulta e com acessibilidade;
- Plataforma de vendas online para o comércio tradicional, organizando e tornando acessível a informação;
- Colocar sinalética nas ruas que indique a localização das várias lojas e negócios;
- Criação de um website e uma app para o comércio tradicional, com indicação das lojas disponíveis, mapas, horários, contactos e a possibilidade comprar online;
- Dinamização cultural e animação nas zonas de comércio tradicional;
- Criação de compromissos de estacionamento no interior da malha urbana da cidade, preferencialmente subterrâneos, com a finalidade de dinamização cultural, de serviços e comercial, tendo em conta a orografia do terreno e a distância às zonas centrais;
- Criar um cartão que acumule descontos nas compras feitas no comércio
- tradicional, mercado e feira rural;
- Estudar a implementação de igualdade de horários de funcionamento do pequeno e grande comércio, impedindo as grandes superfícies de laborar aos domingos e feriados à tarde.
- Recuperação da zona histórica e envolvente para efeitos de habitação acessível e jovem, que dinamize o centro da cidade também em termos comerciais.

13. Transparência, Governação e Freguesias

Os pontos-chave para uma governação moderna, transparente e eficiente devem ser a digitalização das administrações locais e a transparência dos titulares dos órgãos, serviços e da própria administração local segundo o princípio da administração aberta e prevenção da corrupção.

Isto permite um acompanhamento das oposições e dos/as munícipes, sobre os principais processos da vida local como orçamentos, concursos públicos, ajustes diretos, elaboração de planos e programas, candidaturas a fundos públicos, contratação de pessoal, entre outros.

Para a existência de serviços públicos de qualidade com acesso universal, é imperativo o desenvolvimento de políticas públicas transparentes e de prestação de contas. A pouca informação e a dificuldade de acesso à escassa documentação fornecida na instrução dos processos decisórios, são fatores favoráveis à corrupção a que se junta a incapacidade de agir rapidamente.

A resolução efetiva dos problemas e das necessidades dos cidadãos, só se consegue através da participação dos movimentos sociais e dos habitantes de todo o concelho na construção das políticas públicas. Para tal, é preciso que os cidadãos se sintam ouvidos e que participem ativamente na construção política.

A “descentralização” promovida pelo Governo, não passa de uma transferência de competências por via legislativa sem negociação, ou vontade das partes, municipalizando um conjunto de competências do Estado central com carência de dotação financeira, o que agrava as assimetrias regionais, comprometendo a universalidade e igualdade no acesso das populações aos serviços prestados e promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura.

É urgente olhar para o concelho como um todo e não ter freguesias de primeira e de segunda, por isso há que qualificar o apoio das Juntas aos seus munícipes em qualidade e regularidade, em colaboração num trabalho conjunto com os autarcas das freguesias, que necessitam mais autonomia.

A Câmara Municipal de Torres Vedras em 2025 tem um orçamento de 91,3 milhões de euros (ME), mais 9,6 ME do que em 2024. Os impostos diretos e as Transferência do Estado constituem a parte essencial da receita, nomeadamente: os impostos diretos arrecadam uma receita de cerca de 30 milhões de euros (IMI 12,5M, IUC 2,7M, Transmissão imóveis 10,280M e Derrama 4,757M).

As transferências rondam os 30,280M dos quais se destacam o IRS (4,89M), Fundo Equilíbrio Financeiro (6,619M), Fundo Social Municipal (2,518M) e Transferência de Competências (15,100M).

A taxa de participação do IRS praticada na região é maioritariamente o valor máximo ou muito aproximado (T. Novas, Nazaré, Sobral, Batalha, Mafra, V.F. Xira, Alenquer e Sintra), Torres Vedras situa-se num valor moderado intermédio juntamente com Lourinhã, Arruda, Bombarral e Peniche. Caldas, Cadaval e Óbidos estão perto do valor mínimo.

Propomos:

- Tornar pública toda a atividade municipal, com total transparência, como os gastos públicos, contratos, concursos e ajustes diretos, entre outros, com informação acessível a todas e todos;
  Desburocratizar e melhorar a informação aos cidadãos sobre processos e permitir o acompanhamento do/da munícipe pela possibilidade de seguir o seu processo pela Internet;
- Digitalização dos serviços, pela disponibilização de toda a informação na página web do município, incluindo declaração de interesses e de rendimentos dos titulares de cargos políticos;
- Propor processos de consulta pública mais abrangentes e participados para assuntos de interesse municipal, de freguesias;
- A apresentação de contas da autarquia e das empresas municipais deve ser detalhada, mas também objetiva e clara, de forma a permitir a sua consulta por um maior número de pessoas;

Finanças

- Dar prioridade aos investimentos nas áreas sociais, ambientais e qualificação dos serviços públicos;
- Rigor na aplicação de isenções de IMI previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais, recusando reduções que favoreçam grandes empresas e outras entidades como os fundos imobiliários;
- Não abdicar da taxa normal de Derrama, no âmbito de uma justa progressividade, como forma de comparticipação financeira dos municípios nos lucros obtidos pelas empresas, decorrentes das atividades exercidas no seu território;
- Não abdicar da Taxa de Direitos de Passagem e a de Ocupação do Subsolo, salvaguardando o não agravamento da fatura ao consumidor;
- Manter a taxa de participação de IRS em valores moderados atuais e não na taxa máxima praticada pela grande parte dos concelhos da região;
- Não cair na tentação de reduções de impostos conjunturais, gerindo a receita de forma a garantir a existência de recursos adequados para a autarquia fazer face às responsabilidades e execução dos investimentos necessários nas áreas sociais e culturais e dos diversos diplomas setoriais, garantindo acesso a todos o financiamento comunitário e outros;

- Na cobrança de impostos deve prevalecer a justiça social e como é feita a sua aplicação nas reais necessidades da população, sem retirar à autarquia a sua capacidade de melhorar a vida dos torrienses;
- Reavaliar a fixação de taxas sobre formas de venda ocasional, feiras, ou itinerância, diminuindo as disparidades e incluindo maior justiça;
- Manter as competências na esfera pública. Não concessionar a entidades privadas ou municipais, que possam promover a degradação dos serviços prestados ou a degradação das condições laborais;
- Assumir o compromisso com a defesa de um processo de regionalização democrático, que promova a coesão social e territorial e combata as assimetrias regionais, em alternativa ao atual simulacro de democracia em torno das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), cuja votação não é aberta a todos e todas.

Freguesias

- Linha direta com os autarcas das freguesias para contatos regulares, articulação e solução de problemas, integrando-os na planificação e desenvolvimento integral do concelho com mais capacidade;
- Criação de Gabinetes de Apoio aos Seniores em todas as freguesias com teleassistência e apoio ao acesso a serviços, nomeadamente via-online, bem como telemonitorização com apoio domiciliário associado, acesso a consultas à distância e aquisição de medicação e bens essenciais;
- Dotar as freguesias de equipas multidisciplinares e meios para que possam ter uma efetiva capacidade de resposta como postos avançados no combate à pobreza, ao isolamento e às dificuldades sociais e de aprendizagem pela proximidade e conhecimento do terreno;
- Alargar os horários e aumentar a frequência dos transportes públicos para as freguesias com uma rede abrangente, adequada e tarifários que caminhem no sentido da gratuitidade;
- Criar equipamentos de acessibilidade inclusiva nos parques infantis de cada freguesia;
- Descentralização das reuniões públicas com preparação prévia e levantamento das situações prementes, com horários compatíveis com a participação das populações e criar canais diretos de comunicação com os munícipes, de resolução dos problemas, bem como condições de incentivo à participação ativa dos cidadãos,
- Desenvolver os espaços do cidadão em cada freguesia, com bons serviços de apoio à população, bem como serviços de médico de família, apoio a idosos e de educação, que sirvam efetivamente e com regularidade todo o concelho, sem discriminar;
- Descentralizar serviços e iniciativas no âmbito da cultura, dos gabinetes de apoio, de sessões públicas entre outros atos;
- Requalificar e criar dinamização nos espaços culturais e desportivos das freguesias, visando universalização do acesso;

- Requalificar os contentores de recolha de lixo, aumentar os ecopontos e fixar ecocentros em todas as freguesias;
- Linha de contato do freguês para alertas e problemas detetados, criando um canal fluído de informação e resolução rápida dos problemas em cada localidade;
- Descentralizar investimentos da autarquia a todo o território para mobilizar a fixação de população e desenvolvimento pelo apoio ao associativismo, vias de acesso, bem como projetos de desenvolvimento económico, ambiental, cultural, desportivo e de lazer;
- Acompanhamento dos processos de desagregação das freguesias ainda em falta e promover uma transição justa das já desagregadas;
- Apoiar o turismo sustentável, rural, cultural e de natureza, em todas as freguesias;
- Criar zonas verdes de floresta tradicional, turismo da natureza e apoio ao auto caravanismo.